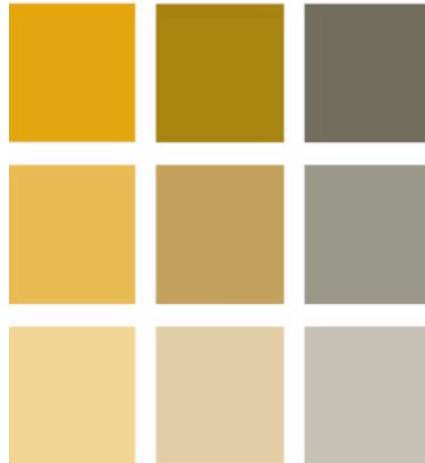


Universidade Federal de São Paulo
Campus Zona Leste
Instituto das Cidades



Guilherme Moreira Petrella, arquiteto e urbanista

Doutor pela Universidade de São Paulo (USP)

1º colocado no Concurso Público nº 264-5/2017 da Unifesp.

TEMA: Rede de edifícios e equipamentos públicos.

Resultado homologado no dia 15/01/2018.

Pode se apresentar brevemente, contando sua trajetória acadêmica e profissional?

Eu nasci na cidade de São Paulo, filho de uma arquiteta e de um engenheiro. Pai de um menino e de uma menina. Em 2002 me formei na faculdade de arquitetura e urbanismo da universidade de São Paulo com um trabalho de conclusão de curso que estudou o conjunto de Conjuntos Habitacionais de Cidade Tiradentes, zona leste do município. Ali me interessava compreender o descompasso entre as promessas emancipadoras da Arquitetura Moderna e suas formas de realização, ligadas às contradições da urbanização e desigualdades sociais. Neste caso, o “mar de habitações” ali implantadas deveria ser contemplado com uma rede de equipamentos e edifícios públicos, comuns, que pudesse contribuir, à título de projeto acadêmico de arquitetura e urbanismo, com a “urbanidade” daquele espaço. A *forma* Conjunto Habitacional continuou sendo objeto de minha pesquisa, desdobrando-se na dissertação de mestrado, que comparava experiências virtuosas e viciosas deste tipo de produção na região metropolitana de São Paulo: as estratégias formais, a inserção nas políticas públicas, os limites e fronteiras de realização, aproximavam e diferenciavam essas experiências. Esta dissertação foi defendida em 2009 no programa

de pós da faculdade de arquitetura da universidade de São Paulo e posteriormente publicada na forma de livro pela Annablume e Fapesp, em 2011.

Em paralelo à formação acadêmica, percorri uma trajetória profissional voltada ao planejamento e à gestão urbana. Essas trajetórias se cruzaram e se alimentaram mutuamente, em vários momentos.

Em uma visão complementar, mas de aproximação oposta, passo a estudar na tese de doutorado renovações urbanas de áreas centrais da cidade. Notadamente a região da Luz. Neste caso, a forma de reestruturação do espaço passa a se dar predominantemente a partir de parcerias público privada, que buscam monopolizar potencial construtivo adicional e propriedades imobiliárias no interior de perímetros urbanos especiais, definidos por planos urbanísticos. Neste constructo, as formas de capitalização do investimento, ligados tanto às propriedades imobiliárias quanto à circulação financeira, redefinem as estratégias de produção, as políticas públicas e o próprio espaço proposto. Neste caso, a *habitação de interesse social* se associa à provisão de equipamentos, infraestruturas e serviços públicos, que passam a ser novas fronteiras de exploração econômica a partir destas parcerias, recolocando os conflitos sociais em torno do uso do espaço da cidade. A tese de doutorado foi também defendida na universidade de São Paulo, em 2017.

Em paralelo à pesquisa acadêmica, desenvolvi projetos de arquitetura e urbanismo, individualmente ou em parcerias com escritórios de arquitetura e urbanismo. Notadamente de equipamentos públicos, tais como escolas, estações de trens e metrô, mas também de projetos de espaços livres e verdes (praças, parques), de reurbanização de favelas e de habitações. Neste sentido, o “tempo longo” da pesquisa acadêmica se imbricava ao “tempo curto” da experiência profissional a partir desses temas e problemáticas. Mas também, começo minha experiência docente, completando o “tripé” da prática profissional da arquitetura. Em 2009 começo a dar aula de projeto de arquitetura na Escola da Cidade. A partir de 2011, integro a equipe de professores da FIAM-FAAM, permanecendo lá até 2013, quando passo a integrar a equipe da Universidade São Judas Tadeu até o ano passado.

Como você se interessou em ser professor no Campus Zona Leste da Unifesp e o que vê de potencial no Projeto Político Pedagógico do Instituto das Cidades?

O primeiro ponto é a possibilidade de contribuir com a universidade pública, gratuita e para todos. Institucionalidade que sofre atualmente com a intensificação do processo de desmonte de direitos sociais e políticas públicas de caráter universal. Mas também pela sua proposta inovadora. Por um lado, em função da necessária integração entre os momentos de ensino, de pesquisa e de extensão, cuja produção de conhecimento e de práticas deverá experimentar novas formas de diálogo entre professores, funcionários, estudantes, Estado e comunidade. Por outro lado, em função da também necessidade de integração entre as diversas formas de conhecimento, que constituiu a

diversidade de professores que passam a incorporar o Instituto das Cidades. Esta “integração” tem a “cidade” como objeto. Não apenas aquela ligada à sua morfologia ou às políticas públicas, mas a cidade como lugar dos conflitos, político, econômico e ideológicos. Neste sentido, o Instituto das Cidades, como luta pelo *direito à cidade*, pode vir a contribuir com processos sociais mais amplos.

Em linhas gerais, qual a proposta de ensino, pesquisa e extensão que você apresentou no concurso? No que ela poderá colaborar com o Instituto e com a Zona Leste?

A proposta parte da ideia de se fazer dos momentos de ensino, de pesquisa e extensão como ações que podem contribuir tanto com o desenvolvimento do Campus da Zona Leste, como com sua interação com a sociedade e com a formulação de políticas públicas. Em se tratando de “Rede de equipamentos e edifícios públicos”, as experimentações projetuais, a pesquisa sobre elementos construtivos e espaciais, podem ser estudados e experimentados no próprio campus, como um canteiro experimental que constrói o próprio espaço à luz das necessidades e desejos que vão sendo construídos pelo coletivo. Estas experiências, de relações de trabalho e de técnica, histórica e projetual, podem se desdobrar para situações reais em favor de comunidades vizinhas, que se organizam em processos reivindicativos do “fazer cidade”. Assim, a experiência se “urbaniza” e se “politiza”. A produção do espaço como forma de disputa. Mas, por se tratar de redes, a lógica “próxima e local” do campus e da comunidade deve ser complementada com uma lógica “sistêmica”, mais ligada às políticas públicas setoriais e suas implicações na urbanização.

Temos agora um enorme desafio de continuar a implantação desse Campus num contexto adverso à expansão da universidade pública. Como vê essa situação e como podemos fazer frente à ela?

É uma situação adversa que nos tem obrigado a repensar estratégias de ação e de pensamento. Mas que, por outro lado, reforça a necessidade de defesa do bem comum, da coisa pública e das lutas que se orientem para a emancipação social. Neste sentido, deve-se buscar a articulação com agentes sociais na ocupação do espaço público, como uma ação política que tem a produção do espaço um momento fundamental de sua realização.